



TURISMO

Reunião do GNDH discute mobilidade

Termina hoje, sexta-feira, 18, a III Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), que teve nesse ano foco na mobilidade urbana do município de Aracaju. Durante os três dias de evento os nove grupos fixos de debate apresentaram individualmente suas sugestões para melhorar o fluxo do trânsito sergipano, além de alternativas relacionadas aos assuntos a que são diretamente ligadas, tais como a defesa do idoso, saúde e educação. Segundo o promotor dos Direitos do Cidadão e membro da comissão de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual (MPE), Eduardo D'Ávila, eventos como esse ajudam a integrar os MPs de todo o país.

Ainda de acordo com o promotor essa é a hora de traçar metas de ação para serem apresentadas a gestão do estado e do município para que, em parceria com o MPE, essas ações possam ser postas em prática, numa tentativa de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. "O enfoque escolhido para as discussões desse ano foi à mobilidade urbana, tema este que foi trazido pelas ruas, pelo povo, com as mobilizações ocorridas desde o mês de junho. O que se queremos é sair daqui com boas ideias e sugestões à gestão pública para que elas sejam aplicadas. Vamos juntar todos os estudos apresentados por todas as nove comissões, formular diretrizes e para chamar os gestores ao diálogo, pois esse é o melhor caminho para se avançar", acredita o promotor.

Ainda de acordo com o promotor a interação com outros estados foi muito benéfica, uma vez que a troca de informações e experiências, nas mais diversas situações ajuda a formar um panorama mais amplo. "Essa troca de informações é muito importante, pois podemos usar uma saída encontrada em outra cidade, para um problema que também é nosso ou mesmo prever uma situação para que ela seja contida antes mesmo que cause prejuízos. Só discutindo de maneira inteligente e apresentando soluções é que podemos realizar melhorias efetivas no trabalho do Ministério Público e a forma prática para efetivar esse trabalho", garante Eduardo D'Ávila.

Entre os inúmeros temas que foram abordados, estiveram em destaque as discussões da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (Copedes), que formulou alternativas para melhorar o atendimento ao público nas Comunidades Terapêuticas, e realizou um levantamento acerca da Rede de Saúde Mental nos Municípios e a apresentação do Manual de Apoio Técnico Jurídico para Promotores de Justiça da Infância e Juventude – Atuação Nacional de Enfrentamento ao "crack", elaborado pela Comissão Permanente da Infância e Juventude (Copeij). Já o promotor sergipano, Nilzir Soares Vieira Júnior, apresentou informações sobre o andamento da uniformização de atribuições dos órgãos do Ministério Público em defesa da Saúde.